

car a situação anômala que estaria atravessando o governo do Estado em relação às suas necessidades econômico-financeiras, seria uma redução drástica nas suas despesas, nas importâncias destinadas a estas ou aquelas atividades, que não são indispensáveis para o progresso do Estado, para o progresso de toda a população. Se o Estado está pretendendo aumentar o imposto, para aumentar a sua arrecadação, como explicar que o Estado, de outro lado, se atreve a encaminhar à Assembleia uma mensagem, mercê da qual o governo estabelece a destinação de trinta milhões e seiscentos cruzeiros para melhoria da praça de esportes da Guarda Civil de São Paulo? Não há de nossa parte, e não haverá da parte de nenhum dos Srs. deputados, qualquer animosidade contra a Guarda Civil. Pelo contrário, aqui dentro, os guardas têm merecido da totalidade do Legislativo a melhor das acolhidas para todos os projetos em que tenham interesse direto, especialmente os guardas-civis, que prestam serviços à população, porque, então sim, o que pretende é distribuir esses favores, que nada mais são do que o reconhecimento de um serviço prestado.

Agora, o governo, destinando 30 milhões e 600 mil cruzeiros para obras da Guarda Civil, está revelando uma incoerência sobre a arte de administrar, já que a arte de administrar é manter o equilíbrio orçamentário.

Se é verdade que a arrecadação baixou, como diz o governo, o que não é verdade, já que se verifica que a arrecadação está aumentando de mês para mês, naturalmente em razão do crescimento vegetativo da arrecadação, não se pode compreender como possa o governo ser liberal na sua destinação, que não beneficia a totalidade, repito, mas um determinado organismo da administração estadual. Além do mais, o Sr. Governador, o Sr. Secretário da Fazenda e todos os demais membros do governo, sempre que se referem à necessidade do aumento do imposto de vendas e consignações, assinalam como razão do pretendido aumento os 60% que serão concedidos ao funcionalismo público do Estado.

Já tivemos oportunidade de dizê-lo, e não nos cansaremos de repeti-lo, e o faremos quantas vezes mais for necessário, para que o grosso da população não imagine que ela será onerada no custo da vida, para atender ao aumento justo, merecido, até mesmo pequeno, dos vencimentos do funcionalismo público estadual. Para que o funcionalismo seja aumentado, para que seja pago um justo aumento, que esta Assembleia votará, talvez ainda até o final deste período legislativo, não é necessário a S. Exa., o Sr. Governador do Estado, aumentar o imposto de vendas e consignações. Esta é uma balela, que se procura impingir ao grosso da população, através dos órgãos de divulgação, mas que não corresponde à verdade. Antes do governo cogitar do aumento do imposto de vendas e consignações, com dados oficiais fornecidos pelo Departamento Estadual de Administração, tivemos ensejo de declarar desta tribuna que para aumentar o funcionalismo, em 70%, o governo necessitaria única e tão-somente de 100 bilhões de cruzeiros, importância esta que era perfeitamente cabível dentro de orçamento, em consonância com aquilo que foi votado nesta Assembleia Legislativa, que não negou ao Sr. Governador do Estado o que ele pretendia, ou seja, 550 bilhões de cruzeiros, sem se contar com o natural excesso de arrecadação, que vem sendo observado de ano para ano, numa proporção não inferior a 30 e 40%.

Ora, o Sr. Governador do Estado melhor diria, melhor esclareceria à Assembleia Legislativa e ao povo, se dissesse que o aumento do imposto de vendas e consignações seria necessário apenas para aumentar o incremento das obras públicas, para aumentar o número de escolas, para aumentar o número de pontes, para aumentar o número de obras em todo o Interior do Estado de São Paulo, para resolver de vez os problemas de todo o litoral. Se assim agisse, se assim fizesse o Sr. Governador do Estado, este aumento seria recebido com muito mais lógica, e o combate a ele teria até menores possibilidades de repercussão perante a opinião pública. No entanto, o governo insiste em assinalar, em dizer, em declarar que o aumento do imposto de vendas e consignações torna-se indispensável para que seja possível o aumento do funcionalismo público estadual. Faz até chantagem, o Governo do Estado. Declara, todos os dias, à imprensa, que será retirada a mensagem do aumento do funcionalismo, se não for aprovado o aumento do imposto de vendas e consignações. Esta é uma forma de intimidar a Assembleia, através da pressão do funcionalismo público estadual, mas que não corresponde àquela realidade fria que os números nos mostram, através dos próprios dados oficiais, através dos elementos que nos são fornecidos pelo Departamento Estadual de Administração.

Entretanto, já nos habituamos, nos da oposição nesta Assembleia, à forma de agir do Sr. Adhemar de Barros. S. Exa. que já foi governador e que antes fora interventor, em verdade não mudou a sua forma administrativa de agir. Continua o mesmo, ainda que agora tenha interesses outros, relativamente a vãos mais altos, para a alta administração de toda a Nação. E está, inclusive, se falando em argumentos até de ordem ideológica, para justificar a sua campanha à presidência da República.

O Sr. Adhemar de Barros continua o mesmo. É aquela mesma figura controversa, aquela mesma cidadã que há dias, em conversa com alguns deputados que pediam a ele que fosse nomeado determinado cidadão para determinada função pública, S. Exa. perguntava pelo cargo pretendido. E quando esclarecido sobre o mesmo, referindo-se a ele disse, alto e bom som: "Mas esse cargo vale muito dinheiro". Estas foram as palavras de um Governador do Estado.

E é preciso que se tenha bem em mente o que significa este governo, e o que significa este governador, e esclarecer, desde já a toda a população brasileira, que se prepara para receber, uma vez mais, a visita de S. Exa. nas suas andanças em propaganda eleitoral, porque ele fatalmente andará a dizer, pelo Brasil todo, o que disse na sua campanha para a governança do Estado, todas as promessas que fez, nenhuma delas cumprida, a principal das quais exatamente relacionada ao funcionalismo público estadual, porque conhecemos bem S. Exa., que assinou um protocolo, em que se comprometia a assegurar, ao funcionalismo, a paridade de vencimentos com os vencimentos do Legislativo e do Judiciário. Mas até hoje S. Exa. continua apenas sofismando e insistindo na necessidade de maior soma de recursos para que possa melhor manipular os altos recursos de que precisa o Governo de São Paulo. Sabemos nós que o aumento do Imposto de Vendas e Consignações, na base proposta pelo Sr. Governador do Estado, através da sua maioria parlamentar, significa um aumento na arrecadação da ordem de 200 bilhões de cruzeiros, se considerarmos também o excesso de arrecadação e o aumento vegetativo dessa mesma arrecadação.

O Sr. José Lurtz Sabiá — V. Exa. me dá licença para um aparte? (Assentimento do orador.) A afirmação de V. Exa. é exata, de que com o aumento do Imposto de Vendas e Consignações o Governo terá oportunidade de obter mais 200 bilhões de cruzeiros, isto é, a receita do Estado passará para 715 bilhões, e não para 515 bilhões. E tanto é verdade, nobre deputado Paulo Planet Buarque, que eu afirmo, inclusive a respeito formulando perguntas ao Secretário da Fazenda, que, em outubro deste ano, o Tribunal de Contas, apreciando a receita do Estado, o crescimento vegetativo da arrecadação, concluiu que tanto em 1961, em 1962 e como em 1963 dava um aumento vegetativo de 62 e 63%. Assim sendo 1964 não fugiria também à regra. Teríamos um excesso de arrecadação na base de 62 ou de 63%, que equivale a um acréscimo ao que o Governo apresentou na peça orçamentária, um excesso de arrecadação além do previsto, da ordem de 65 a 70 bilhões, isto é, passaria a receita do Estado a ser da ordem de 580 bilhões. Com mais 1,2% do aumento do Imposto de Vendas e Consignações, será proporcionado ao Sr. Governador do Estado mais 120 bilhões de cruzeiros; com os 80 bilhões, somados, teremos 200 bilhões de cruzeiros. Portanto, o seu cálculo é exato. E não precisaria o Governo apelar para o aumento do Imposto de Vendas e Consignações, porque o excesso de arrecadação, de 80 bilhões, e diminuindo determinadas despesas que só existem em função política, daria para atender ao funcionalismo público, e não precisaria onerar a bolsa do humilde trabalhador. Sabe V. Exa. o que vai representar 1,2% de aumento do Imposto de Vendas e Consignações. Vai incidir, em determinados produtos, na base de 15 a 20%. E ocorre que este aumento vai até triplicar, porque a ganância dos comerciantes levará a isto: aumenta 10%, e ele cobra 20%. Outra saída para o Governo seria o reaparelhamento da máquina arrecadadora. Há poucos dias, um deputado federal declarou textualmente que a arrecadação da União sofre uma evasão de 900 bilhões, ou seja, o dobro ou outro tanto, do que apresenta o Governo. Então, verifica V. Exa. que tanto quanto na União, a evasão atinge também o Estado de São Paulo. Portanto, se o Governo reaparelhasse a máquina arrecadadora, sobriaria dinheiro para pagar o funcionalismo público e para realizar obras do Governo. E a prática de um ato desses é onerar a economia, proporcionar o aumento da evasão, já assustadora, sem trazer uma vantagem sequer, porque o funcionário que recebe em janeiro está pagando já o aumento do Imposto de Vendas e Consignações, e, em abril, o aumento que recebeu não representará nada, porque já foi absorvido pelo aumento do custo da vida.

O SR. PAULO PLANET BUARQUE — Este, nobre deputado José Lurtz Sabiá, é um governo incoerente e revela falta de tino administrativo. É um governo que está alheio aos problemas do Estado, preocupado única e exclusivamente com os problemas das próximas eleições presidenciais. O Sr. Adhemar de Barros tem estado ausente da administração pública estadual, e isso pode ser constatado ou deve ter sido constatado de modo especialíssimo pelos Srs. deputados que representam o Interior de São Paulo. Os Srs. deputados que vieram a esta Casa representando determinadas regiões do Estado ou determinadas cidades do Estado poderão testemunhar melhor do que nós outros, que somos da Capital, o estado de abandono em que se encontra toda a administração pública estadual.

A Secretaria da Agricultura é omissa, totalmente omissa. Nunca se preocupou em resolver problema fundamental que é o do abastecimento, que é o da produção. Nossos campos, nossas lavouras estão pouco a pouco sendo abandonados, pela ausência do governo, pela ausência de cooperação financeira, técnica e profissional do governo. Não existe, praticamente, Secretaria da Agricultura, uma Secretaria altamente importante. Num Estado como o de São Paulo, onde, na maioria dos casos, suas regiões são de grande produtividade, a Secretaria da Agricultura não existe, é absolutamente omissa. Tão omissa que deputados da corrente governista, do partido que representa o Sr. Adhemar de Barros, em várias oportunidades solicitaram até mesmo a substituição do Sr. Secretário da Agricultura. E isso no terreno agrícola, que é importante, se não importantíssimo numa fase em que o custo de vida está cada vez mais alto por força da falta de produção.

Mas, deixemos de lado a Secretaria da Agricultura e nos desloquemos, por exemplo, para a Secretaria da Fazenda, cujos problemas V. Exa. acaba de abordar. Recordo-me de uma palestra, sem nenhum compromisso, tida com o ex-Secretário da Fazenda, Sr. José Soares de Souza, num encontro fortuito, em plena Capital de São Paulo, quando S. Exa. me dizia das dificuldades que encontrara naquela Secretaria. De um lado, pela falta de total mecanização. Dizia ele que a Secretaria da Fazenda ainda adotava métodos de trabalho que remontavam aos anos de 35, 36 e 37 numa época em que tudo é mecanizado. A maioria dos serviços da Secretaria da Fazenda é manual. Dizia mais que o índice de sonegação de imposto no Estado de São Paulo ia aos limites dos 70%. Isto representa, dentro de um orçamento como o de São Paulo, uma importância fantástica.

O Sr. José Lurtz Sabiá — 350 milhões de cruzeiros.

O SR. PAULO PLANET BUARQUE — Exato, que poderia ser retribuída, em razão da atividade do governo, em benefício coletivo. Mas, não. De repente, foi S. Exa. posto para fora da Secretaria da Fazenda. E sabe por que, deputado José Lurtz Sabiá? Pelo simples fato de que S. Exa. resolvera punir aqueles que não se portavam direito, aqueles que não trabalhavam honestamente, aqueles que não colaboravam com o erário.

O Sr. José Lurtz Sabiá — V. Exa. falou em duas Secretarias de Estado. Agora vem outra. Há poucos dias ouvi comentários jocosos a respeito de 101 nomeações de cozinheiros para o Hospital de Franco da Rocha.

O SR. PAULO PLANET BUARQUE — Para que tanto cozinheiro?

O Sr. José Lurtz Sabiá — E diziam o seguinte: Que com a chegada de 101 cozinheiros não ia sobrar comida para ninguém. Percebe V. Exa. que quando chega qualquer coisa importante para o governo o que pesa mais é um trabalho terrível da Imprensa Oficial do Estado a imprimir no "Diário Oficial" as nomeações. Pode verificar V. Exa. que o número de nomeações aumenta-se cada vez que o governo quer obter a aprovação de projetos importantes nesta Assembleia. E o fato é corriqueiro. Não sou eu quem diz, é o "Diário Oficial", que fala muito mais alto. O governo infelizmente é assim mesmo. Foi eleito, já está encravado num processo retrógrado, superado, não pode mais se atualizar. O Ilustre Governador do Estado não evoluiu, continua a ser o interventor de 1940, o governador de 47 a 50. Continua o mesmo, não há diferença naquela política de clientela. Então, a economia de São Paulo está nessas condições que V. Exa. muito justamente acaba de narrar.

Numa pasta como da Agricultura, onde não se faz nada sobre agricultura, uma pasta como a da Fazenda onde um homem quer punir os irresponsáveis e não tem condições para tal. E o governo da impudência. Tanto é verdade, que eu já trouxe aqui o resultado de um levantamento que fiz na Estrada de Ferro Sorocabana, e segundo o qual, em qualquer governo, o diretor daquela estrada deveria ser sumariamente detido. Mas o homem continua lá, o homem que dá mais de 50% de passagens gratuitas numa ferrovia do Estado, fazendo uma política de passagens livres. Naquele meu levantamento eu apurei que em quatro carros, dois de primeira e dois carros-leito, num total de 256 lugares, 110 eram gratuitos! E não obstante o homem continua dirigindo a Estrada de Ferro Sorocabana. E' engenheiro? Não, não entende nada, apenas ocupa um cargo político.

O SR. PAULO PLANET BUARQUE — E' "cupincha". V. Exa. inclusive abordou problema muito curioso, que é o das nomeações. Quando S. Exa. o Sr. Governador do Estado assumiu o governo — lembrar-se-ão os Srs. deputados e o Sr. Presidente, com toda certeza — a primeira coisa que fez foi exonerar milhares de funcionários que haviam sido admitidos no término do governo do Sr. Carvalho Pinto, nomeações, aliás, que também devem ser reprovadas. Este é um sintoma alarmante do nosso regime: o das nomeações.

Mas o governo fala em dificuldades econômico-financeiras especialmente financeiras, na necessidade de se aumentar o Imposto de Vendas e Consignações, fala que dentro em breve toda a receita do Estado será consumida pelo pagamento ao funcionalismo estadual, e no entanto nomeia, e nomeia "às pampas", diariamente, três, quatro, dez, vinte cargos por dia, fora as autarquias, que escapam ao controle daquelas que acompanham diariamente as publicações do "Diário Oficial", mas onde também se processam nomeações, e altas nomeações, para altos cargos, de 100, 150 mil cruzeiros.

Ora, é mais uma incoerência do Governo do Estado. Insiste em nomear, em vez de dar exemplo. Já que criticou tanto o seu antecessor, devia dar o exemplo e não nomear, e permitir que esta Casa aprovasse um dos vários projetos de lei que tramitam por aqui, onde às vezes sonem, visando a necessidade do concurso público para o efeito de nomeações, que seria a forma mais democrática, pois abriria as portas a todos que pretendessem se candidatar. Mas não apenas os privilegiados, os afilhados, os amigos de deputados que se situam na maioria parlamentar, e que têm acesso direto ao gabinete do Sr. Governador, quando não diretamente ao Sr. Secretário da Educação e demais secretarias, é que têm chances de obter os empregos. E essas nomeações se sucedem às centenas e no final do governo do Sr. Adhemar de Barros deverão andar pela casa dos milhares de nomeações, e chegarão a muitos milhares às vésperas das eleições para Presidente da

República, quando S. Exa. precisará aumentar o seu descaído prestígio político no Estado de São Paulo.

O Sr. José Lurtz Sabiá — (Com assentimento do orador) — V. Exa. aborda ponto importante para a própria máquina do Estado, e diz bem quanto à necessidade de se colocar um parêntese nessas nomeações. O concurso público iria valorizar o funcionalismo público. Se V. Exa. fizesse um levantamento, verificaria que 70% do funcionalismo está permanentemente insatisfeito e descontente, porque não têm possibilidade de subir, de galgar degraus, pois se transformam em parasitas do Estado, que não lhes dá condições para promoções, que não lhes dá sequer médicos. Esfaca aí os cargos e de repente cai um aventureiro de para-quadras no cargo. Então, é um problema que esta Casa deveria examinar com carinho. O Padre Godinho apresentou um projeto de lei muito interessante, do qual obtive, antes de ser deputado, com o então presidente Aureu Sodré, uma cópia. Foi aprovado em primeira discussão e está por aí...

O SR. PAULO PLANET BUARQUE — Sumiu!

O SR. JOSÉ LURTZ SABIÁ — E' preciso trazê-lo novamente a Plenário mas é duro conseguir arrancá-lo. De modo que é uma situação lamentável. Tudo aquilo que procura pôr um parêntese a essas liberalidades não vem à discussão quando somente assim se poderia colocar um ponto final na orgia, que tanto anarquiza o Estado, das nomeações para cargos públicos.

O SR. PAULO PLANET BUARQUE — E mais até: V. Exa. sabe perfeitamente bem que o funcionalismo, e que pretenderia, mais do que o aumento de vencimentos, seria uma solução definitiva para os seus múltiplos problemas de ordem administrativa. Sabe V. Exa., por acaso, que existem no funcionalismo estadual, 50, 60 ou 70 mil funcionários efetivos e 200 mil extranumerários? Duzentos mil extranumerários! Funcionários exercendo as mesmas atividades que os efetivos mas que não têm uma série de regalias; que não têm licença-prêmio nem mesmo a aposentadoria, e no entanto, o Governo do Estado apesar de todas as promessas, de todas as assinaturas apostas em documentos que lhe haviam sido entregues na época da campanha eleitoral, até hoje não se dispôs a determinar ao Departamento Estadual de Administração que através de mensagem encaminhada a esta Casa viesse solucionar de vez os problemas do funcionalismo. Mas, se dependesse apenas do Governo não seria nada. Já mesmo, nobre deputado José Lurtz Sabiá, tive ocasião de apresentar à consideração desta Casa um projeto que prevê tudo isso: a efetivação dos extranumerários, a necessidade de concurso público para admissão, e que resolve de vez o problema dos interinos. Entretanto, esse projeto, como os demais que falam em concurso para admissão ao serviço público estadual, continuam aí, meio desaparecidos. S. Exa. o Sr. Presidente da Casa diz que será um dos primeiros a colaborar conosco para que o projeto venha à discussão venha a ser aprovado, e assim ficarem todos livres: o Governo dos pedidos dos deputados e os deputados dos pedidos dos seus correligionários. Tudo ficaria mais fácil e o deputado, ao invés de se preocupar em ser o intermediário entre as pretensões dos eleitores e o Governo — porque às vezes existem certas concessões que são realmente impressionantes — o deputado teria mais tempo para pensar na solução dos problemas reais do povo, para pensar nos problemas que dizem respeito à comunidade de um modo geral.

O SR. JUVENAL DE CAMPOS — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre deputado, sabe V. Exa. que a maior preocupação do Sr. Governador do Estado é a sua campanha presidencial. Mas, o que é mais estranho, nobre deputado, é que S. Exa., segundo a imprensa vem publicando, teria mandado confeccionar extintores para dissolver piquetes de greve à base de pimenta...

O SR. PAULO PLANET BUARQUE — Pimenta?

O SR. JUVENAL DE CAMPOS... causando cegueira por duas horas aos cidadãos atingidos. Vê V. Exa., nobre deputado Paulo Planet Buarque, que o atual Governador, candidato à Presidência da República, não passa de um representante da elite de São Paulo, que nada quer com a classe trabalhadora de São Paulo.

O SR. PAULO PLANET BUARQUE — A informação que V. Exa. presta à Casa é muito séria: o Governador do Estado teria mandado confeccionar lança-pimenta (não é mais lança-chamas, é lança-pimenta) para utilizá-los contra a massa trabalhadora de São Paulo nas suas manifestações, como naquela havida na Baixada Santista, na inauguração do primeiro alto forno da "Cosipa". Não sei se V. Exa. sabe, quando se aproximou o helicóptero, o povo, imaginando que fosse o Prof. Carvalho Pinto, por exemplo, prorrompeu em aplausos. No entanto, quando o helicóptero aterrizou e abriu-se a porta, surgindo o Governador de S. Paulo, foi uma vaia de quatro minutos ininterrompidos. Quer dizer que nessa hora entrariam os "lança-pimentas" contra aqueles infelizes que são trabalhadores e que, para o Sr. Governador, são todos comunistas...

O SR. SOLON BORGES DOS REIS — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador) — O que acaba de informar o nosso nobre colega Juvenal de Campos, de Sorocaba, vem demonstrar que realmente a meta é o homem. O homem é que deve ser atingido... Mas eu quero, em adendo às considerações de V. Exa. sobre os problemas do serviço público, particular-